



III EBE | III ENCONTRO BAIANO DE CULT | ESTUDOS EM CULTURA



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE SALVADOR: UMA REFLEXÃO SOBRE VULNERABILIDADE FAMILIAR E QUALIDADE DE VIDA

Daisy Guerra Kitaoka¹
Gezilda Borges de Souza²
Renata Meira Veras³

RESUMO

Em Salvador existem cerca de 3 (três) mil adultos vivendo em situação de rua. Essa estatística foi resultado da Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, realizada entre 2007 e 2008. Essas pessoas vivem em condições insalubres no que diz respeito à habitação, alimentação, trabalho, higiene, vínculos sociofamiliares e saúde. Tendo em vista a necessidade de se ampliar o escopo de investigações sobre essa população em Salvador, este trabalho teve como objetivo desvelar a realidade das pessoas em situação de rua, especialmente em relação às condições de vida e os motivos que levaram e levam trabalhadores, homens e mulheres, a viverem nas ruas. Utilizou-se como metodologia um estudo qualitativo com a aplicação de entrevistas semi estruturadas com 20 (vinte) indivíduos, sendo 15 (quinze) do sexo masculino e 5 (cinco) do sexo feminino em situação de rua sobre o modo de vida dessa população. As entrevistas foram realizadas no Projeto Levante-te e Anda, na Comunidade da Trindade, na Praça da Piedade e no Bairro Garcia, locais frequentados pelos entrevistados. Os resultados dessa pesquisa demonstraram que os desentendimentos familiares apontados pelos indivíduos como motivos de estarem nas ruas muitas vezes estão velados por determinantes sociais tais como desemprego, violência, abuso de álcool e drogas, entre outros. Pretende-se, dessa forma, estimular a construção e implementação de políticas públicas voltadas para melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: população de rua, pobreza, vulnerabilidade, qualidade de vida

¹ Graduanda do Bacharelado Interdisciplinar em Artes. IHAC-UFBA. daisykitaoka@gmail.com

² Graduanda do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades-IHAC-UFBA. gelborges@hotmail.com

³ Professora Adjunto do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde-IHAC-UFBA. renata.veras@ufba.br

INTRODUÇÃO

Em 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) organizou uma pesquisa em 71 cidades brasileiras, tendo como fruto a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Essa pesquisa buscou traçar um perfil dessa população, reconhecendo-a como grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular.

Contabilizando o total de 31.922 adultos nessa situação, a pesquisa (MDS, 2008) demonstrou que essas pessoas vivem expostas a condições difíceis de sobrevivência, no que diz respeito à habitação, alimentação, trabalho, higiene, vínculos sociofamiliares e saúde, refletindo a enorme desigualdade social existente no país e constituindo-se em importante questão social.

De acordo com essa pesquisa, em 2008, Salvador possuía cerca de três mil e duzentas pessoas vivendo em situação de rua.

O MDS (2008) conceituou assim: “um grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular”. Essa população se encontra nos logradouros públicos: nas ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixios de viadutos; nos prédios abandonados, em ruínas, cemitérios e carcaças de veículos. Alguns pernoitam em abrigos, albergues, verdadeiros depósitos humanos, e outros são acolhidos em igrejas e em instituições “as ruas acolhem tudo o que a sociedade descarta... descarta porque não quer compreender” afirma M L, 44 anos, ex-moradora de rua.

Os meios de comunicação nesta cidade têm mostrado, com alguma frequência, notícias que associam esta população a experiências de maus tratos, violência, abuso de substâncias psicoativas, doenças, desabrigo e necessidades de toda ordem.

A fragilidade dos laços familiares tendo a pobreza de pano de fundo é uma das características comuns aos moradores de rua. Conforme Sarti (2009), a família não é apenas o elo afetivo mais forte da população menos favorecida, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Dessa forma, as pesquisas de Escorel (1999) realizadas em Porto Alegre, destacaram o fato de que 30% da população de rua atribuíram sua situação aos problemas de relacionamento familiar.

Tendo em vista a necessidade de se ampliar o escopo de investigações sobre essa população em Salvador, este trabalho teve como objetivo desvelar a realidade das pessoas em situação de rua, especialmente em relação às condições de vida e os motivos que levaram e levam trabalhadores, homens e mulheres, a viverem nas ruas.

METODOLOGIA

Utilizou-se como metodologia um estudo qualitativo com a aplicação de entrevistas semi estruturadas com 20 indivíduos, dos quais 15 são do sexo masculino e 5 do sexo feminino em situação de rua de Salvador. Os entrevistados transitam e pernoitam pelas áreas centrais da Cidade Baixa e da Cidade Alta de Salvador. As entrevistas foram realizadas no Projeto Levante-te e Anda, na Comunidade da Trindade, na Praça da Piedade e no Bairro Garcia, locais frequentados pelos entrevistados.

RESULTADOS

Conforme pesquisa realizada nas ruas de Salvador, em 2011, dos 195 entrevistados, 98 pessoas, ou seja, 50,26% citaram os desentendimentos familiares como o principal motivo para irem às ruas (VERAS, KITAOKA, SOUZA. 2011). Percebe-se que nem sempre esses desentendimentos familiares são colocados com clareza, tendo em vista a existência de determinantes sociais para desencadear problemas familiares, tais como o desemprego, violência doméstica, uso de drogas, perda da habitação, entre outros.

Conforme Szymanski (2004, p. 106) “o processo de socialização se dá no convívio familiar e, em especial, por meio das práticas educativas desenvolvidas com a finalidade de transmitir hábitos, valores, crenças e conhecimentos que se acredita serem úteis para a inserção dos filhos na sociedade”. A autora ainda afirma que:

A consideração da família como um fenômeno histórico, social, psicológico e educacional leva à consideração da necessidade de um trabalho multidisciplinar para o atendimento da mesma, incluindo a possibilidade de atendimento individualizado e incluindo também as redes sociais das quais a(s) família(s) faz (em) parte (2004, p. 107).

Escorel (2006, p. 103) afirma que “os motivos que se enquadram nos ‘problemas familiares’ são múltiplos”. Para esta autora “quando a família é enunciada como motivo para ter passado a residir nas ruas, em geral, encontram-se associados o alcoolismo e o consumo de drogas, a violência doméstica, conflitos de valores entre pais e filhos ou entre irmãos, e incapacidade físicas, mas, sobretudo, doenças mentais”.

Os resultados da pesquisa realizada no centro de Salvador comprovaram que a porcentagem em relação ao tempo em que vivem nas ruas é muito alta. Aproximadamente a metade (43,59) dos entrevistados está nas ruas há mais de 10 anos e que apenas 13,84% estão morando nas ruas há menos 1(um) ano (VERAS, KITAOKA, SOUZA. 2011).

DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS

O uso de drogas é um dos fatores que mais levam cidadãos para as ruas, pelo fato de ser totalmente abandonado pela família por ser um viciado. Muitos homens que se encontram nas ruas contam histórias de separação ou morte da esposa, abandono ou expulsão do convívio familiar, nas quais estão presentes e associados à vulnerabilidade econômica e o alcoolismo. Em busca de uma solução para seus problemas, o socialmente excluído recorre a drogas e principalmente ao álcool.

O vício do principal provedor é um fator que pode levar a desintegração da estrutura familiar, principalmente nas famílias mais pobres. Chegando às ruas, o descaso apresentado pela sociedade os isola e os deixam ainda mais fragilizados fazendo com que procurem alguma maneira de amenizar sua dor. A garrafa de pinga se torna a sua companheira inseparável. O isolamento, a solidão, o descaso da sociedade são os principais responsáveis pela entrada no alcoolismo quando estão nas ruas.

Varanda (2004) afirma que o uso da bebida nas ruas é necessário para ignorar o desconforto e facilitar o convívio entre as pessoas. P S, morador de rua, quando questionado se usava alguma bebida alcoólica ou outras drogas, deu este depoimento:

Eu tenho um vício... de bebida, mas não é todo dia que bebo. Acho que não é vício é porque não dar para ficar na rua sem beber, quem fica na rua tem que usar. Cada pessoa que vive nas ruas tem um vício; um é drogado, outro é de 'alcoólatra' eu não vou mentir porque ficar na rua sem botar nada no corpo fica difícil, dar desespero, é pra enfrentar, é pra enfrentar tudo, é para passar o tempo assim quando tô desesperado... não é cigarro nem nada, é só bebida... Uso para enfrentar tudo! Quando bate alguma coisa... da minha família... A C, outro entrevistado, complementou: ela (a bebida) é o nosso cobertor.

C B, 50 anos, saiu do interior baiano e foi com a família morar em São Paulo. Desde cedo bebia muito. Um dia, ao chegar em casa, encontrou a sua mulher na cama com outro homem. C B não saiu de casa, mas ficaram dormindo em quartos separados. Ele relatou: "Falando da minha ex-mulher... ela apareceu nuazinha... Aí eu falei: - meu! a gente tá separado, você

dorme lá no seu quarto eu durmo aqui, eu não quero ideia com você. C B continua contando: - “Ela veio nua e eu dei um chute nela”. Eu não queria ter relação com ela... Dei outro chute”. Após discussão e agressão, sua mulher o denunciou. C B foi preso e ao sair da prisão, retornou à Bahia e hoje, faz do Campo Grande a sua morada. Para sobreviver, ele vende folhas medicinais, mas não conseguiu deixar a bebida, sendo que o alcoolismo tornou-se uma *válvula de escape* para as suas perdas e frustrações. Portanto, a bebida é uma maneira de enfrentar a violência, a vergonha, o desespero e a solidão, pois para suportar o cotidiano se faz necessário desligar-se do mundo real e fantasiar outra realidade menos cruel.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E NAS RUAS

Conforme Carvalho e Almeida (2003, p. 18) “A pobreza, o desemprego e, em especial, a falta de perspectivas têm conduzido muitos jovens brasileiros para a criminalidade, o que contribui com o crescimento da violência, da qual eles têm-se tornado vítimas preferenciais, notadamente nos bairros pobres onde se concentram”. Os dois autores afirmam que os conflitos e violência doméstica, a fuga de crianças e adolescentes para as ruas e do envolvimento desses últimos em atos infracionais tem sido relevante.

Ser pobre não significa ser violento, mas estar em condição de extrema pobreza leva o ser humano a cometer atos impensáveis que fogem ao estado normal da condição humana. No que diz respeito aos motivos de ir para as ruas os depoimentos seguintes apontam a violência doméstica como sua causa.

A C, 25 anos, filho mais velho de uma família de quatro irmãos, sendo que dois moram com a mãe e dois com a avó, sempre apanhou do pai, contou que saiu de casa aos seis anos de idade devido à violência doméstica: “Eu não aguentei ser saco de pancada do meu pai”. A avó era sua referência afetiva “eu preferia ir para a casa da minha vó e depois saía para as ruas” ele afirma.

A S, 19 anos, apesar de dormir em abrigo, vive na Praça da Piedade com sua mulher de 17 anos e sua filha de 3 anos. Durante a entrevista, ele relatou:

Eu tava no interior, tá entendendo, aí vim pra cá morar com minha mãe, aí ela me botou pra fora, ela vendeu a casa, cheguei num dia e na outro dia ela vendeu a casa, quando eu fui lá, a vizinha disse que ela tinha vendido a casa. A minha mãe mandou matar meu irmão... Por causa dessa casa mesmo.

P S, 27 anos, é homoafetivo. Sua mãe mora no subúrbio ferroviário de Salvador com seis filhos e o seu pai mora com outra mulher no interior baiano. Ele vive há sete anos nas ruas, ao

ser entrevistado disse: “Fico com saudade da minha mãe, mas eu não quero voltar para casa porque tenho seis irmãos e a gente não se entende... Uma vez por mês ela vem me procurar e traz dinheiro pra mim. Sinto saudade dela, mas não volto pra lá não!”.

S S tem 23 anos e está grávida de seis meses do terceiro filho. Ela e o marido são de Feira de Santana e perambulam pelas ruas do Garcia. Ela relatou que deixou os outros dois filhos com a mãe, mas fugiu de casa porque seu padrasto é muito violento. “Eu não aguentei viver na casa da minha mãe por causa do meu padrasto que é muito violento”.

Szymanski (2004) afirma ser a pobreza uma condição que não depende da família, entretanto influência diretamente nas relações intrafamiliares. McLoyd apud Nunes (1994) destaca algumas formas como a pobreza pode afetar o desenvolvimento de crianças, focalizando especificamente as relações entre pais e filhos: “A pobreza e a privação econômica diminuem a capacidade de uma orientação consistente e protetora por parte dos pais [...]” (Szymanski, 2004, p.12).

De acordo Escorel (2006) na rua, ao mesmo tempo em que o outro morador é seu melhor amigo, é também o seu pior inimigo, criando assim um ambiente de solidariedade e conflito; cooperação e disputa na mais alta intensidade. Nas ruas, eles colaboram uns com os outros nas atividades diárias, mas o conflito latente provocado pelo uso de bebidas e outras drogas é uma ameaça constante, gerando assim brigas, rompimentos e expulsão da pessoa transgressora pelos demais.

VULNERABILIDADE HABITACIONAL

O Brasil é um país com enorme desigualdade social, portanto há muitos brasileiros cujas habitações não oferecem condições básicas de sobrevivência como ter água, luz, instalações sanitárias, alimento, cama, um teto digno entre outras condições que desmotivam sua permanência dentro delas.

A população mais pobre do nosso país habita a periferia que é totalmente precária e as áreas de risco que não são passíveis de urbanização, como encosta e áreas desprovidas de infraestrutura. Segundo Rolnik (2006), entre as décadas de 1940 e 1980, aumentou a concentração populacional urbana brasileira, mantendo-se as características excludentes da população mais carente, que vive em assentamentos irregulares e precários. Nas décadas de 80 e 90 aumentou o desemprego, o trabalho informal e a pobreza nas áreas urbanas, quando o crescimento das periferias superou as áreas centrais. Entre 1991 e 1996 as áreas centrais das 12 regiões metropolitanas do Brasil cresceram 3,1%, já a periferia de Salvador cresceu 18,1%. (MARICATO, 2000, p.5)

Segundo Escorel, morar em lugares como favelas, cortiços, casas abandonadas, albergues, alojamentos de construção civil, internatos de menores, hospedarias, alojamentos de empresas, abrigos levam a uma vulnerabilidade tão grande que "cair na rua não é um tombo muito alto" (2006, p.123).

P S deu seu depoimento sobre os abrigos "Eu não gosto de albergue ou abrigos porque os moradores são agressivos, prefiro ficar nas ruas". Outro depoimento revelador é o de F C, cearense, que após 60 anos, experimentou primeira vez dormir nas ruas em Salvador: "Na calçada, eu estou estranhando muito, não me acostumei ainda, certo? Eu tô naquela, igual como a gente fala tô dormindo sono baiano. Quando a gente tá fora daqui fala, dormindo sono baiano, um olho aberto, outro fechado, certo"?

Uma das funções da moradia é abrigar a família, protegê-los das mudanças climáticas e da violência e ser um espaço de descanso: A L, morador do Largo de Roma, sonha em reconstituir sua família e ter uma casa "Eu queria mesmo era ter uma casa e morar junto com os meus filhos". Uma das causas que leva as pessoas a viverem nas ruas é não ter uma casa ou tê-la, mas não se sentir protegidos, abrigados ou pertencentes. C M, moradora da Praça da Piedade, relata que tem casa e família na Federação, porém as brigas são tantas que ela se sente mais feliz morando nas ruas. As precárias condições prévias à moradia nas ruas são maiores do que se podem imaginar, devido a um dos maiores problemas sociais que é a pobreza fazendo com que as pessoas busquem nas ruas uma saída, um refúgio para a situação deplorável em que elas vivem. S T conseguiu um emprego e saiu das ruas, aos prantos nos diz: "eu não quero mais voltar ter aquela vida... a o meu maior sonho é ter uma casa e tirar a minha filha das ruas". Sem casa, sem proteção é impossível realizar seus sonhos, seus desejos.

DESEMPREGO

De acordo Karl Marx, (1980), na sociedade capitalista a força de trabalho passa a ser uma mercadoria como outra qualquer, portanto passível de se perder. Quando isto acontece, o trabalhador perde também o meio de viver. Essa lógica gera a exploração do homem pelo homem, o sujeito é explorado, isto é, o homem além de explorado e expropriado, torna-se alienado, perde ou fragmenta sua consciência crítica. Morar na rua torna-se uma estratégia de sobrevivência. "Entrar na rua significa desenvolver um processo compensatório em relação às perdas e começar a usar outros recursos de sobrevivência" (VARANDA, 2004, p.63).

A ameaça da miséria, representada pelo desemprego, está sempre presente no cotidiano dessas pessoas, pois a configuração da sua estrutura familiar baseia-se no modelo do chefe provedor,

cuja identidade e autoestima provêm de conseguir satisfazer as necessidades básicas da família e é centrado na figura do homem, com participações específicas da mulher e filhos. A situação do desemprego pode levar ao rompimento dos laços familiares.

Conforme a pesquisa realizada em Salvador, o desemprego tem se acentuado entre a força de trabalho na idade mais produtiva e, ao mesmo tempo, na mais madura e experiente (19 a 49 anos), até mesmo entre os mais instruídos, ou seja, entre os que possuem o curso médio e até o curso superior. Entre os entrevistados com a idade de 19 a 30 anos são 44,62% e entre 31 a 49 anos, 36,92% estão nas ruas (VERAS, KITAOKA, SOUZA. 2011).

No que diz respeito aos motivos de ir para as ruas, o depoimento de M E, ex-moradora de rua, é revelador. Ela relatou que saiu do interior pernambucano há 11 anos, deixando a mãe e filhos. “Veio em busca de emprego, mas encontrou dificuldade por falta de referências locais, “eu queria trabalhar, mas quando eu mostrava minhas referências de Pernambuco às pessoas me diziam que não serviam pra aqui” então, surgiu à oportunidade de traficar” traficar foi apenas o começo, daí comecei a usar drogas e me prostituir, mas cansei... eu fui aplicar o golpe “Boa Noite Cinderela” e terminei presa ...” . M E ficou presa durante um ano e nove meses e, ao sair, foi acolhida em uma instituição. Atualmente ela participa de grupo dos narcóticos anônimos e há seis meses está “limpa”, mas diz ter vergonha de voltar para a sua cidade e reencontrar a sua família depois de ter encontrado o fracasso nas ruas.

A falta de capacitação da maioria dos trabalhadores é também uma das causas do desemprego, por conta deste motivo, para muitos trabalhadores brasileiros, cada nova técnica, cada novo conhecimento científico, cada nova máquina aperfeiçoada representa simplesmente desemprego, miséria, fome e precarização. Por falta de capacitação, muitos trabalhadores vão se tornando “inúteis” e “descartáveis” no processo produtivo e aos poucos vão ficando alijados da possibilidade de trabalho.

O *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial em 2006* enfatiza o papel da equidade no processo de desenvolvimento e define-a em dois princípios básicos:

O primeiro é o princípio de oportunidades iguais: as conquistas na vida de uma pessoa devem ser determinadas principalmente por seus talentos e esforços, e não por circunstâncias pré-determinadas como etnia, gênero, história social ou familiar ou ainda país de nascimento. O segundo princípio é a prevenção de privação de resultados, especialmente em saúde, educação e níveis de consumo.

De acordo com o Relatório (2006. p.13), a equidade é uma das prioridades para o desenvolvimento: ações públicas devem buscar expandir as oportunidades para aqueles que,

na ausência de intervenções políticas, teriam menos recursos, expressão e potencialidade. O apelo por um campo de ação mais nivelado tanto na política quanto na economia dos países em desenvolvimento serve para integrar os dois pilares do *Banco Mundial* de criar um clima institucional que incentive o investimento e o empoderamento das pessoas de baixa renda.

MORTE OU SEPARAÇÃO DOS PAIS

A morte de um dos pais ou até dos dois, bem como a separação dos cônjuges leva a dispersão dos filhos, conforme verificado nos depoimentos seguintes.

M L perdeu os pais quando tinha dois anos de idade. Ela morava em Itapetinga e fazia parte de uma família de cinco irmãos. “Éramos 5 irmãos e ficamos todos espalhados. Minha irmã mais velha veio trabalhar de doméstica na capital e, em seguida, mandou me buscar. Ficamos trabalhando na casa de duas senhoras”. Ela conta que quando tinha 15 anos de idade as patroas faleceram: “Elas morreram e eu, sem ter para onde ir, fui parar no Juizado de Menores. Lá foi uma escola para se aprender tudo que não presta”. Ao completar 18 anos M. L. foi morar nas ruas.

Conforme Escorel (2006) a dispersão da família, com a morte dos pais é usada com estratégia de sobrevivência. As meninas geralmente são levadas para a casa de parentes ou para outras cidades nas quais irão trabalhar como doméstica, mesmo em tenra idade.

F C, 60 anos, ficou órfão aos 11 anos, foi morar com um tio, mas não se adaptou, deixou a casa da família e foi morar sozinho. “Minha mãe morreu em novembro de 61, certo? Aí eu saí em março de 62. Fui para Belém, pra casa de um tio meu, não aguentei um mês, porque o tratamento com minha mãe era um: ‘Era meu filho, minha vida’... E meu tio não, eu era mais um, certo?” E continua: “desde criança que moro sozinho. Nem na minha infância, nem na adolescência tive apoio de ninguém, sempre fui eu sozinho, fui eu brigando para sobreviver”.

Em depoimento, S T, 44 anos, tornou-se mãe aos 13 anos e é avó de três crianças, relata: - “Sou S T, sou baiana de Salvador do bairro de Cosme de Farias, depois da separação do meu marido fui parar nas ruas... por problema de pobreza mesmo, separação do marido... aí fui morar nas ruas com minha filha, aí me entreguei nas drogas, na cachaça...”.

Agier (1990), através de uma pesquisa em avenida no bairro da Liberdade, em Salvador, verificou que 40% a 50% das casas são chefiadas por mulheres e cujas rendas são muito baixas, mas que sobrevivem com a ajuda de familiares e vizinhos. Tal realidade é consequência do abandono do lar pelo marido, por se sentir incapaz de arcar com o papel de provedor. O autor (1990, p. 8) afirma que “Isto acontece quando o homem desiste da sua

“luta” simbólica e econômica e some do cenário, sumindo simultaneamente da organização doméstica e do espaço familiar disponível”.

INCAPACIDADE FÍSICA E DOENÇA MENTAL

Uma pesquisa da Escola Bahiana de Medicina (EBMSP) apontou que os portadores de transtorno mental já representam 38,6% dos moradores de rua da capital. Os realizadores do estudo acreditam que o fechamento de manicômios, aliado ao serviço precário da assistência, fizeram com que muitos ex-internos tenham ido parar nas ruas. Tomando como base o recenseamento do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que contou em abril de 2008, 3.289 moradores de rua em Salvador, é possível estimar que existem mais de 1.300 portadores de transtornos mentais nas ruas da capital baiana. “A prevalência encontrada em Salvador foi maior do que em diversos estudos da literatura nacional e internacional”, revela uma das psiquiatras responsáveis pela pesquisa, Milena Pondé. (Redação CORREIO, 2008). “Além dos que foram direto para as ruas, há aqueles em que a tentativa de ressocialização não deu certo. Sem a devida assistência, as famílias não seguram a barra e abandonam seus filhos. Muitos fogem de casa.”

Em seu depoimento, P S contou sobre outro morador de rua; “Ah tem morador de rua que não aguenta e fica maluco. Eu conheço um morador de rua doente, acho que não é depressão... acho que fizeram alguma coisa para ele. A mãe vem desesperada, chorando... e ele disse à mãe que não é mais para vir para cá, ele só quer comida do lixo... Se eu tiver duas quentinhas e der uma para ele, ele não quer... no começo ele tomava banho, mas não sei o que aconteceu”. Percebe-se que as famílias não estão preparadas para lidar com a doença mental então, seus portadores são abandonadas nas ruas e vão viver na miserabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa demonstraram que os relacionamentos familiares são fortes desencadeadores para a situação de rua. No entanto, os desentendimentos familiares sempre se apresentam difundidos entre violência doméstica, desemprego, perda da habitação, álcool e drogas, entre outros. Dessa forma, conclui-se que esses determinantes sociais impulsionam o desentendimento familiar, deixando para alguns indivíduos a rua como única alternativa.

Milton Santos (1998) afirma que o indivíduo ao nascer adquire direitos e, o simples fato de viver deve assumir, com os demais, uma herança moral, que o faz portador de privilégios sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva e as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna.

Os artigos 5º e 6º da Constituição Federal de 1988 garantem a todos os cidadãos brasileiros o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade e define como direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

As pessoas em situação de rua não são contempladas pelo estabelecido na Constituição Federal. São excluídas e nas ruas, buscam a sobrevivência. De acordo Escorel (2006), essa população excluída, fragilizada e desprotegida se constitui por uma inserção ocupacional irregular de baixos rendimentos e informal.

A redefinição de cidadania diz respeito, além do direito à igualdade, ao direito à diferença fazendo com que amplie, especifique e aprofunde o direito à igualdade. Uma nova sociabilidade reconhece no outro “um sujeito portador de interesses válidos e de direitos legítimos” como afirma Telles apud Dagnino (2004, p.104).

Dessa forma, faz-se necessário articular e garantir direitos sociais com direitos humanos, respeitando essas pessoas como cidadãos e tendo uma nova relação ética de respeito no trato, no atendimento e no reconhecimento da responsabilidade do Estado em articulação com a sociedade para reverter ou inibir esse fenômeno social. Como afirma Daninho que a nova cidadania parte da “concepção de um *direito a ter direito*” (2004, p 104) e isso implica “na invenção ou criação de novos direitos que surgem de lutas específicas e de suas práticas”.

O Movimento Nacional da População de Rua exige dos representantes do governo uma política que respeite a igualdade de direitos para que os moradores de rua possam ser reconhecidos como cidadãos, tenham moradia fixa, possuam documentos que os identifiquem, que tenham programas de assistência à saúde física e psicológica, à educação, à capacitação para o trabalho e assim possam ter condições de auto-sustentação, respeitando a dignidade da pessoa humana. Portanto, os resultados desse trabalho podem subsidiar e possibilitar a construção e implementação de políticas públicas, aplicadas de forma setoriais e em rede, voltadas para melhoria da qualidade de vida dessa população, abrangendo grandes períodos de tempo e acompanhamento dos resultados.

REFERÊNCIAS:

AGIER, M. **O sexo da pobreza. Homens, mulheres e famílias numa “avenida” em Salvador da Bahia.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, 2(2): 35-60, 1990.

CARVALHO, I. M. M.; ALMEIDA, Paulo Henrique. **Família e Proteção Social.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, p. 109-122, 2003.

DAGNINO, E. **Sociedade civil, participação e cidadania: de quem estamos falando?** p. 95-110. 2004.

ESCOREL, S. **Vidas ao Léu: Trajetórias de Exclusão social.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 2006.

LYRIO, A. **A população de rua cresceu 30% depois da reforma manicomial.** **Jornal Correio da Bahia.** *Pesquisa da Escola Bahiana de Medicina.* 10 de novembro de 2008. Redação CORREIO. 10.11.2008 - 10h 44min

MARICATO, E. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado- Metrôpoles Brasileiras.** São Paulo em Perspectiva, 14(4) 2000.

MARK, K. **O Capital: crítica da economia política.** Livro1: O processo de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Pesquisa Municipal População em Situação de Rua de Salvador. Fundação José Silveira e Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão - SETAD. (2008 e 2009).

Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de Metas do Milênio. *Visão Geral. Equidade e Desenvolvimento.* Emitido pelo Banco Mundial em 2006.

ROLNIK, R. **A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios.** IPEA, 2006.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** 4ª edição. São Paulo: Nobel, 1998.

Sumário Executivo. **Pesquisa Nacional Sobre a população em situação de rua: Meta Instituto de Pesquisa de Opinião.** Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. Em abril de 2008.

SZYMANSKI, H. **Práticas educativas Familiares: A família como foco de atenção psicoeducacional.** Ver. Estudos de Psicologia, PUC- Campinas, v. 21, n. 2, p. 5-16, maio/agosto 2004.

VARANDA, W. ; ADORNO, R. C. F. : **Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde.** Saúde e Sociedade, v.13, n.1.

VERAS, R. M.; KITAOKA, D. G.; SOUZA, G. B.: **Caracterização e Análise das condições de vida da População em Situação de Rua de Salvador.** VII ENECULT. Salvador, 2011.